

# Universidade e educação superior em retrospectiva

Flávia Wagner

Maria Isabel da Cunha

103

---

## Resumo

De 1981 a 2021, o cenário da educação superior está presente em 13 edições da revista *Em Aberto*. Na análise dos textos, percebem-se diferentes temas inseridos em contextos históricos e políticos que se conectam com o campo educacional, os quais foram dispostos nas seguintes categorias: 1) políticas públicas e educação superior; 2) currículo e ensino superior; 3) educação a distância nas universidades; 4) docência universitária; e 5) inovação e educação superior. Os resultados mostram que, em seus 40 anos, a revista é um importante espaço de confronto de ideias, tornando-se uma referência fundamental para o estudo dos dilemas e desafios educacionais da realidade da educação superior. Identificados temporalmente, consideramos importante prospectar o futuro com os temas que podem ser ampliados, como: avaliação, ensino híbrido, educação a distância, currículo por competências, educação inclusiva, creditação do notório saber, curricularização da extensão, e inovação no ensino superior.

Palavras-chave: educação superior; políticas públicas; produção científica.

---

## **Abstract**

### **University and higher education in retrospect**

*From 1981 to 2021, the higher education scenario appears in 13 editions of Em Aberto. Through the analysis of the texts, different themes inserted in historical and political contexts connected with the educational field are perceived, which were arranged as follows: 1) public policies and higher education; 2) curriculum and higher education; 3) distance education in universities; 4) university teaching; and 5) innovation and higher education. Results show that, in its 40 years, the journal is an important space for the confrontation of ideas, which makes it a substantial reference for the study of educational dilemmas and challenges faced in the reality of higher education. Respecting placement in time, it is recognized the importance of setting a prospect of themes that can be expanded, such as: assessment, blended learning, distance education, competency-based curriculum, inclusive education, accreditation of notorious knowledge, extension curricularization, and innovation in higher education.*

*Keywords: higher education; public policy; scientific production.*

---

## **Resumen**

### **Universidad y educación superior en retrospectiva**

*De 1981 a 2021, el escenario de la educación superior está presente en 13 ediciones de la revista Em Aberto. En el análisis de los textos, se perciben diferentes temáticas insertadas en contextos históricos y políticos que se conectan con el campo educativo, las cuales fueron ordenadas en las siguientes categorías: 1) políticas públicas y educación superior; 2) currículo y educación superior; 3) educación a distancia en universidades; 4) docencia universitaria; y 5) innovación y educación superior. Los resultados muestran que, en sus 40 años, la revista es un importante espacio de confrontación de ideas, convirtiéndose en un referente fundamental para el estudio de los dilemas y desafíos educativos de la realidad de la educación superior. Identificados temporalmente, consideramos importante prospectar el futuro con temas que pueden ser ampliados como: evaluación, enseñanza híbrida, educación a distancia, currículo por competencias, educación inclusiva, acreditación de saberes notorios, curricularización de la extensión e innovación en la educación superior.*

*Palabras clave: educación superior; políticas públicas; producción científica.*

---

## Introdução

Os periódicos assumem um papel muito importante na disseminação dos resultados de pesquisa. A revista *Em Aberto* contribui diretamente para a divulgação das produções na área de Ciências Humanas, em especial a Educação, e este artigo tem como foco realizar uma retrospectiva da produção sobre universidade e educação superior publicada ao longo dos 40 anos de existência da revista.

São 112 os números publicados e, como primeiro critério, selecionamos os títulos com possibilidade de conterem a temática da educação superior, tendo sido encontrados 32. Numa segunda etapa, após a leitura de títulos e resumos, separamos 49 artigos que, efetivamente, tratam do tema, distribuído em 13 edições. O *corpus* documental examinado está disposto em ordem cronológica no Apêndice.

Depois da leitura, agrupamos os artigos em categorias: 1) políticas públicas e educação superior; 2) currículo e ensino superior; 3) educação a distância nas universidades; 4) docência universitária; e 5) inovação e educação superior. Mediante uma síntese analítica das contribuições de cada texto, identificamos a presença do campo das políticas da educação superior na revista *Em Aberto*.

## Políticas públicas e educação superior

Os artigos incorporam a dinamicidade do tempo em que são escritos e relevam os movimentos mais amplos que o Brasil vivencia no contexto das relações políticas e institucionais. Se voltarmos ao cenário do início da década de 1980, quando foram produzidos dois números da *Em Aberto* dedicados à educação superior, é possível perceber um contexto de transição.

Em 1982, no número 3, dedicado ao *vestibular*, são abordados temas de ordem mais operacional: estrutura dos cursos de graduação e sentido de eficácia do vestibular na tarefa selecionadora da clientela universitária e seu impacto quase exclusivo na escola de segundo grau. Os artigos desse número expõem as preocupações sobre uma prática assentada na exclusão, quando os discursos no âmbito da educação desejada se instalavam na direção da democratização. No número 10 do mesmo ano, emergem discussões politizadas sobre a universidade numa sociedade de classes e seu compromisso com a democratização. Vale lembrar que o Brasil vivia a fase prometida da abertura política e o governo militar mantinha-se no Planalto, ainda que fazendo concessões ante a pressão popular pela redemocratização. Os programas de pós-graduação na área das Ciências Humanas se consolidavam e o pensamento crítico tomava fôlego para as análises da conjuntura nacional e, nela, a universidade.

Em 1986, a educação superior volta a ser tema preferencial no número 30. A abertura política, embora gradual e aquém dos anseios da Nação, presenciou movimentos de reorganização da sociedade civil e dos diferentes segmentos da comunidade universitária. A União Nacional dos Estudantes (UNE) saiu da clandestinidade, criaram-se a Associação Nacional de Docentes da Educação Superior

(Andes) e, posteriormente, no caso das instituições federais, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que reuniu as Associações de Servidores Técnico-Administrativos. Grandes eventos nacionais foram protagonizados pela Confederação Nacional de Professores, em conjunto com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes); destacam-se, em especial, as Conferências Brasileiras de Educação, palco de debates nacionais sobre os rumos da área.

A emergência da Assembleia Constituinte favoreceu a articulação com as associações e os sindicatos com vistas à proposição e à defesa das teses produzidas no seio da comunidade acadêmica. Os autores do número 30 revelam esse movimento, a exemplo de Pedro Demo (1986) e Jacques Velloso (1986), pois em ambos há indicações relevantes de aspectos a serem considerados na Lei Maior. Na mesma direção, Isaura Belloni (1986) aborda o *compromisso com a ciência e a justiça social*, um ponto de extrema importância na arena política, e Marília Spósito (1986) traz à cena o nem sempre lembrado tema do curso superior noturno.

Esses textos se somaram a outros tantos, publicados em periódicos nacionais, para contribuírem com as bases teóricas das discussões que ocorreram nos diversos espaços acadêmicos e estudantis. Desse modo, municiaram as discussões na arena política em que ocorreu a Assembleia Constituinte. Daí, constata-se a importância dos veículos de divulgação do pensamento educacional em tempos tão exigentes.

Em 1988, o número 38 reforça a intencionalidade de produzir reflexões que tenham impacto na Assembleia Constituinte, já fazendo inferências para a prevista nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que consolidaria as decisões a serem instituídas pela Lei Maior. Praticamente, o texto constitucional estava decidido; portanto, tornava-se necessário o empenho na legislação específica e detalhada, que faria cumprir a nova ordem. Maria de Lourdes Fávero (1988, p. 49), no seu artigo, enfatiza que a lei:

[...] fixe princípios gerais e normas fundamentais para a educação em relação à universidade, devendo garantir o princípio da autonomia, entendido como garantia e direito de as instituições traçarem seus destinos e de serem sujeitos pensantes e responsáveis por seus próprios projetos [...]. No plano acadêmico, a autonomia deverá [...] organizar o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições de natureza filosófica, ideológica, política ou religiosa; bem como elaborar e estabelecer os currículos para seus cursos de graduação e pós-graduação.

Glaura Miranda (1988, p. 54-55) trata dos princípios, objetivos e funções das instituições de ensino superior (IES), sugerindo a flexibilidade ao “pensar em modelos alternativos de organização do trabalho acadêmico [...]”. Só assim elas poderão exercer uma administração mais eficiente e democrática, mais voltada para sua própria realidade”. Jamil Cury (1988, p. 57) explora o espaço da pós-graduação, defendendo que a “universidade é lugar da produção do conhecimento original, cuja fecundidade é vital à autonomia material e espiritual das sociedades [...]”. Urge, pois, garantir à universidade meios internos e externos que possibilitem a realização de seus fins”.

Em 1989, a *nova Constituição e a universidade* é o tema do número 43, com oito artigos que explicitam preocupações e intencionalidades da época: o lugar da pesquisa na universidade; a relação público e privado, que tantas discussões promoveu numa arena de disputa de poder; as IES federais; e a educação superior no espaço da LDB pós-Constituinte. Sergio Costa Ribeiro (1989) reforça o tema da *autonomia em relação à soberania* e Paulo Renato Souza (1989) alerta para o *contraditório risco do corporativismo da educação*. Horácio Macedo (1989) foca a questão da *universidade em um país periférico*, enquanto Luiz Antonio Cunha (1989) analisa a *universidade nos anos 80: sintomas de regressão institucional*. Talvez esse número da revista *Em Aberto* constitua uma das mais expressivas contribuições dadas, na época, ao campo da educação superior, apontando perspectivas e desafios.

Pela análise dessa produção, é possível observar que a década de 1980 foi pródiga em discussões sobre a educação superior, certamente estimuladas pelas determinações que viriam da Assembleia Constituinte e das bases para a nova LDB. Também evidencia como esse campo de conhecimento estava presente nos programas de pós-graduação em Educação e áreas afins, mobilizando pesquisadores e estudiosos nas suas produções.

A temática das políticas da educação superior só reaparece em 1995, no número 68, que destaca um cenário emergente de incentivo ao bloco dos países do Cone Sul. Acordos foram assinados para que a área da Educação se integrasse à iniciativa maior e alguns programas foram articulados com financiamentos próprios para permitir pesquisas conjuntas. No artigo “Cooperação universitária no Mercosul”, Clarissa Neves e Marília Morosini (1995) levantam as possibilidades e os desafios para efetivar as parcerias e são otimistas ante a possibilidade de trocas acadêmicas, científicas e culturais entre países com raízes e interesses comuns.

Novo espaço temporal acontece e só em 2001, no número 74, cujo tema é *o financiamento da educação no Brasil*, encontramos o artigo de Paulo Corbucci (2001) referente à política de enxugamento orçamentário que as IES sofreram no período 1995-1998, com repercussões sobre o ensino, a pesquisa, a extensão e o apoio estudantil. A influência neoliberal das políticas do Banco Mundial teve impacto perverso nas dimensões que permeavam a educação superior pública. Trata-se de uma análise importante, que fornece subsídios para outros tantos estudos.

Em 2017, o número 99 traz o artigo “A expansão desigual das ofertas educacionais no Brasil no século 21”, de Eliana Martins e Ney Luiz Almeida (2017), que, levando em conta as políticas de democratização e expansão protagonizadas de 2000 a 2015, examinam todos os graus de ensino e trazem dados da educação superior, enfatizando a relação de *proporcionalidade do atendimento educacional nas instâncias pública e privada*.

A breve análise dos números que aportaram contribuições sobre as políticas de educação superior revela que essas contribuições são potentes para se compreender, numa linha de tempo, os desafios e contextos. O campo das políticas, por ser polissêmico, é instigante por natureza, e revisará-lo na revista *Em Aberto* atestou essa condição.

## Currículo e ensino superior

O tema do currículo no ensino superior é tradicionalmente reduzido nos estudos e publicações. Parece haver uma compreensão tácita de que o currículo se esgota na grade de disciplinas e cargas horárias, respeitando os dispositivos legais e as culturas de área. Essa condição mais se evidencia em décadas anteriores, quando os estudos da teoria crítica e pós-crítica eram ainda incipientes nos espaços acadêmicos brasileiros. E, mesmo quando essa produção passou a preencher um lugar significativo nas pesquisas educacionais, poucas vezes teve a educação superior como objeto. Além disso, como há periódicos direcionados para a área dos estudos curriculares, certamente eles captaram grande parte da produção nesse campo.

Em 1982, o número 2, sobre o *ciclo básico*, trouxe três produções. Marcondes Sousa (1982) revela a ambiguidade de opiniões acerca do modelo prognosticado pela Reforma Universitária de 1968, que também é objeto do texto de Lila Gardenal e Antônio Paixão (1982). Os dois estudos questionam as bases políticas e epistemológicas da proposta e levantam a hipótese de sua ligação com as concepções neoliberais que se apresentavam como uma forte influência na educação brasileira, mesmo que essa nomenclatura ainda não fosse utilizada. As críticas assumem também argumentos epistemológicos e pedagógicos, denunciando as dicotomias entre teoria e prática e a problemática do currículo como percurso, dicotomizado entre a base geral da ciência e o campo profissional que caracteriza os cursos de graduação.

Na mesma direção, Eurico Back (1982) faz a crítica ao ciclo básico segundo a experiência da Universidade Federal do Paraná (UFPR), reforçando o que foi justificado e trazendo mais argumentos a partir da reflexão concreta de natureza pedagógica. Menciona que o modelo corroe o espírito de turma, importante dispositivo de formação cidadã e de lideranças, pois os estudantes se matriculam por disciplina. Argumenta também que essa proposta curricular impede a filiação do ingressante na cultura de seu curso, mote de seu esforço no vestibular, e desmotiva o aluno.

Os textos do número 2, mobilizados pelos efeitos da Reforma Universitária de 1968 sobre a estrutura curricular da educação superior, na realidade não tratam da teoria de currículo, que, posteriormente, ocupará a arena acadêmica nesse campo, e sim dos formatos e de como eles se adéquam às tradições e culturas da educação superior.

Em 2014, o foco da sustentabilidade se expressou no número 91, evidenciando a tendência mundial de preocupação com o planeta e a importância de diferentes dimensões e significados da ciência e da tecnologia no contexto mundial. A discussão dos desafios ecológicos para a educação científica e tecnológica, expressos no artigo de Cristian Koliver (2014), é complementada com as reflexões de Maria Paula Meneses (2014) em “Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global”.

A educação, a formação profissional e os possíveis diálogos com a sustentabilidade são o foco do texto de Sônia Fernandes, Idorlene Hoepers e Moema Albuquerque (2014), que defendem a necessidade de romper com o paradigma dominante e incluir a pesquisa nos processos de ensino e aprendizagem, com

possíveis rupturas. Essa compreensão subsidia, também, o texto de Cladecir Schenkel e Ana Maria Cunha (2014), que aprofundam as questões envolvidas na criação, na expansão e nos contornos curriculares dos cursos de Gestão Ambiental e discutem acerca da multi, inter e transdisciplinaridade, da sustentabilidade e da complexidade presentes nessa formação.

Ubiratan D'Ambrosio (2014) dá sua contribuição ao examinar algumas possíveis causas do estranhamento acadêmico entre a Matemática e as ciências, ocorrido desde a modernidade, e aponta a transdisciplinaridade como perspectiva de busca de sobrevivência e de transcendência do ambiente natural e sociocultural.

### **Educação a distância em universidades**

Em 1996, no número 70, encontramos seis artigos que buscam conectar o tema a aspectos mais amplos, sem perder de vista os problemas das tecnologias educacionais nos países de terceiro mundo.

O texto de Terezinha Saraiva (1996) evidencia rastros da história da educação a distância (EaD) no mundo e no Brasil, cuja expansão acontece juntamente com a dos meios de comunicação. Nas universidades, as ações começaram a surgir na década de 1970 e, entre as iniciativas políticas, o destaque vai para a criação da Secretaria de Educação a Distância, em 1995. O Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Comunicações haviam assinado o Protocolo de Cooperação nº 3/1993, com a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), visando ao desenvolvimento de um sistema nacional de educação a distância. Essa política pública encorajou a criação de núcleos, laboratórios e centros de pesquisa dentro das universidades, que produziram treinamentos para tutores, criaram *software* e elaboraram cursos e materiais em EaD.

Os relatos de experiências que envolvem a universidade e a educação a distância estão ligados, na sua maioria, a projetos como: Ensino de Humanidades via Telemática, da Escola do Futuro (Universidade de São Paulo – USP), para professores da educação básica; educação continuada na Escola Politécnica da USP, comandada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV); desenvolvimento de um projeto, em 1995, de Licenciatura Plena em Educação Básica de 1ª a 4ª série, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); criação de Curso de Especialização em Educação Continuada e a Distância, ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). O destaque das iniciativas vai para o Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual desenvolveu na década de 90 importantes ações no âmbito da EaD, como programas de formação, especialização, atualização e requalificação da mão de obra com o uso de modernas tecnologias de comunicação aplicadas à educação em parceria com o público e o privado.

Na análise dos textos, considerando o cenário da década de 1990, evidencia-se a necessidade de lutar por políticas públicas e respeito diante da modalidade de

EaD. Reivindicações ao MEC também aparecem, destacando que o governo deve assumir o desafio de gerir o processo da EaD, desde o planejamento até a implantação, procurando garantir a qualidade do ensino.

As pesquisas e os relatos das experiências revelam que a EaD é, sem dúvida, uma prática educativa; porém, outros limites são apresentados e precisam ser superados, como: evitar a aprendizagem conteudista sem conexão com a realidade; não perder o elo dos sistemas de multimeios de comunicação entre professor e estudante durante todo o processo; desenvolver a aprendizagem autônoma, em ritmo próprio do sujeito e em diferentes espaços; e, por fim, qualificar a produção dos materiais e recursos tecnológicos.

Em 2010, o número 84 teve como tema *educação a distância e formação de professores*. De acordo com o artigo de Andrea Lapa e Nelson De Lucca Pretto (2010), a modalidade de EaD necessita criar caminhos que coloquem o sujeito como centro das políticas e da aprendizagem, para torná-la mais significativa. Precisa incluir a pesquisa e a extensão nesse processo, para que o estudante aprenda a construir conhecimento. Além disso, deve avançar na percepção da figura do tutor nos cursos universitários em EaD, que ainda não é visto como professor universitário.

### **Docência universitária**

Quando a expansão do sistema federal de educação superior, *pari passu* com o mesmo fenômeno na dimensão privada, vai evidenciando a importância do professor como elemento-chave no processo educativo para a permanência e o êxito estudantil, o tema da docência na universidade se explicita com mais ênfase.

Em 2010, o número 84 traz o artigo de Marilda Behrens (2010), com o relato de uma pesquisa-ação sobre paradigmas inovadores da docência e apropriação e uso da tecnologia disponível com visão crítica. Conclui que a vivência compartilhada influencia na mudança paradigmática da prática pedagógica de professores do ensino superior.

Em 2016, o tema do número 97 é *docência universitária*. O artigo de Jacques Therrien, Ana Maria Iório Dias e Meirecele Leitinho (2016) aponta a necessidade de conhecimentos pedagógicos para o professor do ensino superior, para além da pesquisa, independentemente da área em que atua. Entretanto, as exigências da profissão, conforme constata Cleide Viana e Liliane Machado (2016), geram acúmulo de atividades que se sobrepõem à necessidade de estudos para se manter atualizado, com implicações no convívio familiar e social, realidade que provoca, não raramente, o adoecimento mental: *stress*, ansiedade, depressão e Síndrome de Burnout.

Nessa mesma linha de reflexão, Olgaíses Maués e Michele Souza (2016) constata a perda de direitos conquistados pelas lutas sindicais, assim como a crescente desvalorização salarial, o excesso de trabalho e a consequente perda de *status* profissional. Indagam as autoras: por que, apesar das imensas perdas que essa categoria vem sofrendo, não há uma maior organização e resistência? Arriscamos a responder que a valorização do papel do professor está diretamente ligada à

concepção de educação que possui uma sociedade. Nossa forma de resistência está nas pesquisas, nos textos e nos debates, que se tornam enfraquecidos diante de uma sociedade que nem sempre valoriza a produção acadêmica e fortalece a visão de uma educação tecnicista a serviço do mercado.

Somam-se a essa discussão as reflexões de Maurice Tardif (2016, p. 136) sobre a seguinte pergunta: “Em qual tipo de universidade os professores querem trabalhar e a serviço de quem eles querem exercer sua profissão?”. Tardif esclarece que esse é o cerne de uma questão pouco pesquisada no campo da pedagogia universitária, envolvendo a missão e o papel social da instituição universitária e o papel político que o professor exerce na formação de seus estudantes. Essa posição encontra aportes, também, nos estudos de Paulo Freire, como é possível constatar na resenha do livro *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*:

A docência universitária se constitui e institui como práxis fundante da ação pedagógica quando assume, também, a dimensão política, uma construção de sujeitos histórico-sociais que têm um papel político e uma responsabilidade pedagógica perante o seu meio social, para além da universidade. (Vieira; Braga, 2016, p. 153).

O que se manifesta nesse número sobre a docência universitária é que se trata de um campo que ainda demanda estudos e pesquisas, dada a complexidade do cenário e das expectativas para esse exercício.

## **Inovação e educação superior**

Em 2019, os textos publicados no número 106 estimulam o debate sobre a inovação na educação superior, ao apresentarem diferentes pontos de vista acerca da temática.

O artigo de Flávia Wagner e Maria Isabel da Cunha (2019, p. 20) permite compreender as inovações na educação superior como ruptura paradigmática, ou seja, que “articula redes de pessoas, ferramentas, conhecimentos científicos e tecnológicos que produzem significados interdisciplinares e transdisciplinares sobre a compreensão da realidade”. O destaque da inovação refere-se ao trabalho docente de forma mais democrática, colaborativa e reflexiva, envolvendo o ensino e a aprendizagem por resolução de problemas, estimulando a autonomia. As autoras destacam oito assertivas de inovação pedagógica na educação superior, sintetizadas a seguir:

- 1) o conceito de inovação pressupõe referenciais que afirmam atitudes, destrezas e hábitos, manejo de estratégias, prevenção e superação de resistências, conhecimento de processos, afronta a conflitos e criação de climas construtivos;
- 2) o estímulo provém de cenários emergentes, entendidos como forças internas ou externas que incidem sobre o contexto universitário;

- 3) a inovação requer mudanças epistemológicas e emocionais, valorização da incerteza, da dúvida e das autorias, e, principalmente, criação e superação de resistências;
- 4) o protagonismo do sujeito aprendente acontece quando ele é desafiado a realizar trilhas de aprendizagem complexas e com grau de autonomia;
- 5) reconfiguração de saberes, ou seja, diálogo com os saberes de diferentes origens: populares, científicos, humanísticos, leigos, tradicionais, entre outros tantos, que permitem alargar o entendimento sobre o objeto de estudo;
- 6) tecnologias da informação produzem inovações; ainda que, por si sós, não sustentem a mudança, elas são úteis sempre que a intencionalidade pedagógica estiver alicerçada na produção de conhecimento;
- 7) planejamento e avaliação precisam contar com flexibilidade, espaço para criar e possibilidade de avaliar o ponto de partida e todo o processo que levou ao ponto de chegada;
- 8) tendências curriculares também são propulsoras da inovação, incluindo a possibilidade de formar por competências, creditar o notório saber, gerar curricularização da extensão, promover o ensino híbrido, implantar a cultura da educação inclusiva e da internacionalização.

Também Marcos Masetto e Cecilia Gaeta (2019) fazem um levantamento histórico dos últimos 60 anos da pedagogia universitária, das mudanças curriculares e dos programas de formação docente e chegam à conclusão de que vivemos um tempo propício para a mudança, com professores sensibilizados aos problemas da sociedade, estudantes curiosos e políticas públicas incluídas que favorecem um quadro de inovação.

No terceiro artigo, "Inovação nas práticas da educação superior, nas vozes de docentes-pesquisadores", Elizeth Lima e Denise Leite (2019) concluem que a inovação deve estar atrelada à produção de conhecimentos comprometidos com a inserção social, que atenda às necessidades dos problemas do ser humano. Enfatizam a importância do impacto direto de ações empreendedoras para ampliar a qualidade de vida das pessoas. Em suma, evidenciam que a inovação pedagógica precisa colocar o sujeito e o conhecimento no centro do processo educativo.

Nessa mesma linha, Rubya Andrade, Marília Morosini e Daniela Lopes (2019) refletem sobre a extensão numa perspectiva da *universidade do encontro*. O novo aparece como uma situação emergente, preconizada pelo Parecer CNE/CES nº 608, de 3 de outubro de 2018, ressaltando a importância de garantir a extensão dentro dos currículos dos cursos de graduação (Brasil. CNE. CES, 2018). Os resultados do estudo mostram que a integração entre docente, discente e comunidade extensionista gera a democratização do conhecimento, o engajamento social dos estudantes e ações inovadoras que atendem às necessidades da comunidade envolvida. Essa prática curricular de extensão abre espaço para uma nova universidade sem fronteiras, integrada ao desenvolvimento local.

Sobre inovação e formação continuada de professores no ensino superior, Laura Lodeiro Enjo (2019), da República Dominicana, apresenta um relato de experiência com o foco na discussão do currículo dos cursos de graduação a partir das competências gerais e específicas. Pontua que foi alto o índice de satisfação dos professores envolvidos e que eles destacam o papel importante da assessoria pedagógica na mediação e no *feedback* das atividades realizadas. Os professores, como conhecedores dos currículos dos cursos, sentem-se confiantes para implementá-los por meio dos planos de estudo que desenham para seus estudantes. Reforça que essa condição fortalece a cultura do trabalho colaborativo entre os docentes.

A categoria “inovação” parece estar relacionada diretamente com a crise do ensino superior, pois os estudos demonstram o quanto é preciso repensar a teoria e a prática da universidade na produção do conhecimento, enfatizando a inovação pedagógica como emergente.

### **Considerações finais**

O exercício de lançar um olhar retrospectivo ao campo da educação superior e da pedagogia universitária na revista *Em Aberto*, no período compreendido entre 1981 e 2021, evidencia as realizações e tensões do campo. Explicita, de forma contundente, a relação entre o cenário político e histórico do País e os temas que mereceram a atenção de estudiosos e da própria revista. Indica, ainda, campos de interesse emergentes que devem ser provocadores de novas contribuições.

Analisando as produções, identificamos que correspondem aos momentos históricos marcados pela redemocratização do Brasil, e daí emergiram legislações que marcaram as preocupações e os envolvimento da comunidade acadêmica, com referência às práticas e às políticas na educação superior. É notória a presença dos principais centros de produção do pensamento educacional brasileiro, com destaque para os programas de pós-graduação em Educação, que tiveram na região Sudeste sua principal expressão. Progressivamente, constata-se um crescente equilíbrio de autorias/participações oriundas das diferentes regiões brasileiras. Os temas emergentes vão configurando os novos números, revelando o que se torna desafiador e significativo no campo.

Em particular, o material produzido tem alto potencial para o campo da formação de professores e gestores, para problematizar propostas sobre políticas de educação e para sustentar o debate acadêmico-científico a respeito das diferentes temáticas como alicerce para futuras pesquisas.

## Referências bibliográficas

---

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; LOPES, D. O. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 32, n. 106, p. 117-131, set./dez. 2019. Seção Pontos de Vista.

BACK, E. O ciclo básico na Universidade Federal do Paraná. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 11-15, jan. 1982. Seção Pontos de Vista.

BEHRENS, M. A. Formação pedagógica *on-line*: caminhos para a qualificação da docência universitária. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 23, n. 84, p. 47-66, nov. 2010. Seção Pontos de Vista.

BELLONI, I. Educação superior pública: um compromisso com a ciência e a justiça social. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 5, n. 30, p. 29-31, abr./jun. 1986. Seção Pontos de Vista.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Parecer nº 608, de 3 de outubro de 2018. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 dez. 2018. Seção 1, p. 34.

CORBUCCI, P. R. Financiamento e gastos das instituições federais de ensino superior no período 1995-1998. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 18, n. 74, p. 81-91, dez. 2001. Seção Pontos de Vista.

CUNHA, L. A. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 8, n. 43, p. 3-9, jul./set. 1989. Seção Enfoque.

CURY, C. R. J. A pós-graduação e a nova Lei de Diretrizes e Bases. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 7, n. 38, p. 57-59, abr./jun. 1988. Seção Pontos de Vista.

D'AMBROSIO, U. A educação matemática e o estado do mundo: desafios. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 157-169, jan./jun. 2014. Seção Pontos de Vista.

DEMO, P. Educação e Constituinte. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 5, n. 30, p. 1-8, abr./jun. 1986. Seção Enfoque.

EM ABERTO. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 1981-. Todos os números disponíveis em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto>. Acesso em: 24 mar. 2022.

FÁVERO, M. L. A. Ensino superior, universidade e a nova LDB: encaminhamento de questões. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 7, n. 38, p. 45-50, abr./jun. 1988. Seção Pontos de Vista.

FERNANDES, S. R. S.; HOEPERS, I. S.; ALBUQUERQUE, M. H. Educação, formação profissional e sustentabilidade: articulação do ensino com a pesquisa. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 70-89, jan./jun. 2014. Seção Pontos de Vista.

GARDENAL, L.; PAIXÃO, A. L. Ciclo básico na universidade brasileira: temas e problemas principais. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 1-4, jan. 1982. Seção Enfoque.

KOLIVER, C. Educação ambiental e sustentabilidade nos currículos dos cursos superiores dos institutos federais. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 43-58, jan./jun. 2014. Seção Pontos de Vista.

LAPA, A.; PRETTO, N. L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Seção Pontos de Vista.

LIMA, E. G. S.; LEITE, D. B. C. Inovação nas práticas da educação superior: as vozes de docentes-pesquisadores. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 32, n. 106, p. 59-78, set./dez. 2019. Seção Pontos de Vista.

LODEIRO ENJO, L. El Procedimiento CG-CEA como estrategia innovadora que fusiona la formación de los docentes y el diseño curricular por competencias en instituciones de educación superior. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 32, n. 106, p. 133-148, set./dez. 2019. Seção Pontos de Vista.

MACEDO, H. C. M. A universidade num país periférico. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 8, n. 43, p. 19-23, jul./set. 1989. Seção Pontos de Vista.

MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. A expansão desigual das ofertas educacionais no Brasil no século 21. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 30, n. 99, p. 129-143, maio/ago. 2017. Seção Pontos de Vista.

MASETTO, M. T.; GAETA, C. Trajetória da pedagogia universitária e formação de professores para o ensino superior no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 32, n. 106, p. 45-57, set./dez. 2019. Seção Pontos de Vista.

MAUÉS, O. C.; SOUZA, M. B. Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 29, n. 97, p. 73-87, set./dez. 2016. Seção Pontos de Vista.

MENESES, M. P. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas de ampliar diálogos no Sul global. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 90-110, jan./jun. 2014. Seção Pontos de Vista.

MIRANDA, G. V. A educação de 3º grau na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 7, n. 38, p. 51-55, abr./jun. 1988. Seção Pontos de Vista.

NEVES, C. E. B.; MOROSINI, M. C. Cooperação universitária no Mercosul. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 15, n. 68, p. 16-35, out./dez. 1995. Seção Artigos.

RIBEIRO, S. C. A universidade pública: autonomia, soberania ou outros bichos. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 8, n. 43, p. 29-32, jul./set. 1989. Seção Pontos de Vista.

SARAIVA, T. Educação a distância no Brasil: lições da história. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 16, n. 70, p. 17-27, abr./jun. 1996. Seção Pontos de Vista.

SCHENKEL, C. A.; CUNHA, A. M. O. Do multidisciplinar ao transdisciplinar: a formação em Gestão Ambiental em discussão. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 27, n. 91, p. 59-69, jan./jun. 2014. Seção Pontos de Vista.

SOUZA, M. R. 1º ciclo: signo do conflito entre a concepção liberal e a funcional de currículo na UFC. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 5-10, jan. 1982. Seção Pontos de Vista.

SOUZA, P. R. Os riscos do corporativismo na educação. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 8, n. 43, p. 25-28, jul./set. 1989. Seção Pontos de Vista.

SPÓSITO, M. P. O curso superior noturno: nada de novo na Nova República. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 5, n. 30, p. 33-36, abr./jun. 1986. Seção Pontos de Vista.

TARDIF, M. Questões sobre a docência universitária no Canadá. [Entrevistado por Silvia Maria Nóbrega-Therrien]. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 29, n. 97, p. 133-140, set./dez. 2016. Seção Espaço Aberto.

THERRIEN, J.; DIAS, A. M. I.; LEITINHO, M. C. Docência universitária. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 29, n. 97, p. 21-32, set./dez. 2016. Seção Enfoque.

VELLOSO, J. Educação e Constituinte: quatro questões do financiamento do ensino. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 5, n. 30, p. 41-52, abr./jun. 1986. Seção Pontos de Vista.

VIANA, C. M. Q. Q.; MACHADO, L. C. Desenvolvimento profissional docente e intensificação do trabalho: viver ou sobreviver? *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 29, n. 97, p. 47-60, set./dez. 2016. Seção Pontos de Vista.

VIEIRA, H. P.; BRAGA, M. M. S. C. Contribuições da pedagogia freireana para a formação de professores no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 29, n. 97, p. 151-156, set./dez. 2016. Seção Resenhas.

WAGNER, F.; CUNHA, M. I. Oito assertivas de inovação pedagógica na educação superior. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 32, n. 106, p. 27-41, set./dez. 2019. Seção Enfoque.

---

Flávia Wagner, doutora em Educação pela Universidade de Lisboa com diploma revalidado pela Universidade de São Paulo (USP), é assessora pedagógica e docente nos cursos de graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

flv.wagner@gmail.com

Maria Isabel da Cunha, doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e docente convidada do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

cunhami@uol.com.br

Recebido em 18 de setembro de 2021

Aprovado em 5 de janeiro de 2022

## APÊNDICE

### Corpus documental sobre universidade e ensino superior na revista *Em Aberto* – 1981-2019

(continua)

Edição	Tema	Título do artigo	Autor e instituição
n. 2 jan. 1982	Ciclo básico	Ciclo básico na universidade brasileira: temas e problemas principais	Lila Gardenal e Antonio Paixão (UFMG)
		1º ciclo: signo do conflito entre a concepção liberal e a funcional de currículo na UFC	Marcondes Rosa de Sousa (UFC)
		O ciclo básico na Universidade do Paraná	Eurico Back (UFPR)
n. 3 fev. 1982	Vestibular	Vestibular: a volta do pêndulo	Luis Antonio Cunha (UFF)
		Sua excelência o vestibular	Claudio de Moura Castro (Capes)
		Acesso ao ensino superior – articulação entre ensino superior e ensino de 2º grau	Neide Almeida Fiori (UFSC)
		A utilização do texto de aptidão acadêmica no vestibular da UFMG	Magda Soares (UFMG)
n. 10 out. 1982	Universidade	Universidade: a busca de uma estratégia de transformação	Isaura Belloni Schmidt (UnB)
		A questão da relação universidade/sociedade brasileira	Walter Esteves Garcia (UnB)
		Universidade-empresa e as concepções de Mary Parquer Follet	Lafayette de Moraes, Maria Lucia R. D. Carvalho (UnB)
		Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954-1964)	Laura da Veiga (UFMG)
n. 30 abr./jun. 1986	Educação e Constituinte	Educação e Constituinte	Pedro Demo (UnB)
		Educação superior pública: um compromisso com a ciência e a justiça social	Isaura Belloni (UnB)
		O curso superior noturno: nada de novo na Nova República	Marília Pontes Spósito (USP)
		Educação e Constituinte: quatro questões do financiamento do ensino	Jacques Velloso (UnB)
n. 38 abr./jun. 1988	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Ensino superior, universidade e a nova LDB: encaminhamentos de questões	Maria de Lourdes Fávero (UFRJ)
		A educação de 3º grau na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Glaura Vasques de Miranda (UFMG)
		A pós-graduação e a nova Lei de Diretrizes e Bases	Carlos Jamil Cury (UFMG)

**Corpus documental sobre universidade e ensino superior  
na revista *Em Aberto* – 1981-2019**

(continuação)

118

Edição	Tema	Título do artigo	Autor e instituição
n. 43 jul./set. 1989	A educação na nova Constituição: a universidade	A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional	Luiz Antonio Cunha (UFF)
		A educação depois da nova Constituição: a universidade e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Eunice R. Durham (USP)
		A universidade num país periférico	Horácio C. M. Macedo (UFRJ)
		Os riscos do corporativismo na educação	Paulo Renato Souza (Unicamp)
		A universidade pública: autonomia, soberania ou outros bichos	Sergio Costa Ribeiro (CNPq)
		As universidades federais e a Constituição de 88	Ronald Braga (UFMG)
		Universidade e pesquisa na nova Constituição	Fernanda A da F. Sobral (UnB)
		Ensino superior e Assembleia Nacional Constituinte: o público e o privado mais uma vez em questão	Maria do Carmo Lacerda Peixoto (UFRJ)
n. 68 out./dez. 1995	Mercosul	Cooperação universitária no Mercosul	Clarissa E. B. Neves (UFRGS) Marília C. Morosini (PUC-RS)
n. 70 abr./jun. 1996	Educação a distância	Educação a distância no Brasil: lições da história	Terezinha Saraiva (Senai)
		A contribuição do consórcio interuniversitário de educação continuada e a distância – Brasil EaD – para o desenvolvimento da educação nacional	Paulo Guimarães (UnB)
		O projeto de educação a distância da Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos definidores de sua identidade	Katia Alonso (UFMT) Maria Neder (UFMT)
		A UnB e a educação a distância	Maria Tavares (UnB) Flávio Castro (UnB)
		Universidade virtual: a experiência da UFSC em programas de requalificação, capacitação, treinamento e formação a distância de mão de obra no cenário da economia globalizada	Ricardo Barcia (UFSC) João Vianney (UFSC) Dulce Cruz (UFSC) Regina Bolzan (UFSC) Rosângela Rodrigues (UFSC)
		Educação continuada na Escola Politécnica da USP: dois momentos	Antonio Vieira (Epusp) Pedro Costa Neto (Epusp)

**Corpus documental sobre universidade e ensino superior  
na revista *Em Aberto* – 1981-2019**

(continuação)

<b>Edição</b>	<b>Tema</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Autor e instituição</b>
n. 74 dez. 2001	Financiamento da educação no Brasil	Financiamento e gastos das instituições federais de ensino superior no período 1995-1998	Paulo Corbucci (UCB)
n. 84 nov. 2010	Educação a distância e formação de professores	Formação pedagógica <i>on-line</i> : caminhos para a qualificação da docência universitária	Marilda A. Behrens (PUC-PR)
		Educação a distância e precarização do trabalho docente	Andrea Lapa (UFSC) Nelson De Luca Pretto (UFBA)
n. 91 jan./jun. 2014	Sustentabilidade: desafios para a educação científica e tecnológica	Educação ambiental e sustentabilidade nos currículos dos cursos superiores dos institutos federais	Cristian Koliver (IFC)
		Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas de ampliar diálogos no Sul Global	Maria Paula Meneses (Univ. de Coimbra)
		Do multidisciplinar ao transdisciplinar: a formação em Gestão Ambiental em discussão	Cladecir Schenkel (IFC) Ana Maria Cunha (UFU)
		Educação, formação profissional e sustentabilidade: articulação do ensino com a pesquisa	Sônia Regina Fernandes (IFC) Idorlene Hoepers (IFC) Moema Albuquerque (IFC)
		A educação matemática e o estado do mundo: desafios	Ubiratan D'Ambrosio (Unicamp)
n. 97 set./dez. 2016	Docência universitária	Docência universitária	Jacques Therrien (Uece) Ana Maria Iório Dias (UFC) Meirecele C. Leitinho (UFC)
		Desenvolvimento profissional docente e intensificação do trabalho: viver ou sobreviver?	Cleide Q. Quixadá Viana (UnB) Liliane C. Machado (UnB)
		Relações do docente-bacharel do ensino superior com o saber didático-pedagógico: dissonâncias e rupturas entre saberes e práticas	Maria Amélia Franco (USP)
		Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação	Olgaíses Cabral Maués (UFPA) Michele Borges de Souza (UFPA)
		Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência	Maria Isabel Cunha (UFPEl)

**Corpus documental sobre universidade e ensino superior  
na revista *Em Aberto* – 1981-2019**

(conclusão)

<b>Edição</b>	<b>Tema</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>Autor e instituição</b>
<b>n. 97 set./dez. 2016</b>	Docência universitária	Questões sobre a docência no Canadá	Maurice Tardiff [Montreal, CA] entrevista
		Questões sobre a docência universitária no Brasil	Bernadete Gatti (FCC) entrevista
		Contribuições da pedagogia freireana para a formação de professores no Brasil	Hamilton Vieira (Uece) Maria Margarete Braga (Uece)
<b>n. 99 maio/ago. 2017</b>	Educação, pobreza e desigualdade social	A expansão desigual das ofertas educacionais no Brasil no século 21	Eliana Martins (Unesp) Ney Luiz Almeida (Uerj)
<b>n. 106 set./dez. 2019</b>	Inovação pedagógica no ensino superior	Oito assertivas de inovação pedagógica na educação superior	Flávia Wagner (Unisul) Maria Isabel da Cunha (UFPel)
		Trajетória da pedagogia universitária e formação de professores para o ensino superior no Brasil	Marcos T. Masetto (PUC-SP) Cecília Gaeta (PUC-SP)
		Inovação nas práticas da educação superior: as vozes de docentes-pesquisadores	Elizeth G. S. Lima (UEMG) Denise B. C. Leite (UFRGS)
		A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro	Rubya M. M. Andrade (Unipampa) Marília C. Morosini (PUC-RS) Daniela O. Lopes (Unipampa)
		El Procedimiento CG-CEA como estratégia innovadora que fusiona la formación de los docentes y el diseño curricular por competencias en instituciones de educación superior	Laura Lodeiro Enjo (PUCMM Rep. Dominicana)

Fonte: Elaboração própria.